

Carlos Neves Martins

Presidente dos hospitais de Santa Maria e Pulido Valente

“Não mando doentes para o privado”

Texto **VERA LÚCIA ARREIGOSO**
Foto **ANTÓNIO PEDRO FERREIRA**

Responsável pela saúde, em alguns casos pela vida, de quatro mil doentes que todos os dias entram no Hospital de Santa Maria, Lisboa, Carlos Neves Martins diz-se um líder. Em dois anos de mandato, cumpridos hoje, autorizou a substituição de dois diretores clínicos: o primeiro esteve pouco mais de ano e meio, o segundo nem cinco meses. Afirma ser de ‘boas contas’ e nunca ter recusado um tratamento por ser caro.

Fazemos esta entrevista no dia em que o diretor clínico abandonou o cargo, depois de ter levantado suspeitas sobre a compra ilegal de material clínico. Foi por isso que o professor Miguel Oliveira da Silva saiu?

Esta administração tem aprofundado a capacidade de deteção de atos ilícitos e atuou na hora sempre que foram detetadas situações menos regulares. Quando li a entrevista do, a partir de hoje, ex-diretor clínico, agendei um conselho extraordinário porque não seria uma conversa a dois.

Porquê?

Em momento algum, o antigo diretor clínico me disse que havia pressões ou um conluio. E na reunião deu as suas explicações, mas — como tinha ficado uma dúvida em praça pública —, enviei a ata e a entrevista para as inspeções da Saúde e das Finanças. Sobre o conluio, perguntei aos diretores de serviços se tinham conhecimento e recebi 61 não.

Mas qual é a suspeita?

Não faço ideia. Foi dito que teria a ver com aquisições de próteses na área do coração

e vasos e de ortopedia. Muito bem, os diretores desses serviços pediram uma auditoria, que também fiz seguir para uma entidade externa. Estou tranquilo. Quem não cumprir as boas práticas é suspenso ou demitido. Desde que sou presidente, já aconteceu diretores de serviço serem demitidos e substituídos na hora.

Quem?

Agora não vem ao caso.

E foi o caso deste diretor?

É uma saída normal.

Após três meses no lugar?

[Silêncio] Para mim, é uma saída normal. Enquanto for presidente tem de haver um conselho coeso e uma instituição coesa com o líder, seja nos objetivos ou na forma de estar e de atuar. No dia em que chegar à conclusão que não tenho condições para servir o país — este centro hospitalar tem uma missão na prestação de cuidados, ensino, formação e investigação — vou-me embora. Não estou agarrado ao lugar.

Os hospitais têm tido problemas na Urgência, ainda esta semana houve uma demissão em bloco no Amadora-Sintra, mas parecem passar ao lado do Santa Maria.

Passámos este período crítico com tranquilidade, porque fomos aprendendo com o que tem corrido menos bem. Temos uma Urgência em que metade das equipas é dedicada, não é do quadro, mas trabalha connosco há anos; e quando temos de contratar, selecionamos quem tem ligação ao hospital, por exemplo, quem estudou aqui. Contratamos com nome, passado e história na casa. Por outro lado, fomos estruturando a Urgência em termos físicos e já não temos especialidades espalhadas pelo hospital.

Abriu camas?

Não. Continuamos com o plano de adequação do hospital à sua missão nacional e até fechámos — cerca de 100 camas no espaço de um ano — a maioria no Pulido Valente. Mas temos uma enfermaria, com 22 camas, pronta a abrir no espaço de uma a três horas.

E tem profissionais para as manter a funcionar?

Em situação de emergência, sim. De rotina, não. Por isso, iniciámos o ano com contractualizações para manter a capacidade de resposta intocável.

Mesmo assim faltam cirurgias plásticas e o hospital corre o risco de perder idoneidade para formar...

É um em 46 serviços. Somos o hospital com o maior número de especialidades para formação de internos, inclusive temos farmacologia clínica, única no país. É preciso esclarecer isto, porque não mando os portugueses do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para o privado. Muita gente arroga-se defensor do SNS e são os primeiros que o atacam. Temos um problema na cirurgia plástica, devido à saída de seis médicos, três deles seniores; mas a solução surgirá até ao fim do mês.

Tem liberdade para contratar ou pede ao ministro?

Temos mais liberdade este ano do que no dia 31 de dezembro. Passámos de seis a oito pontos nos pareceres à contractualização para três. Isto diz tudo. Desde outubro de 2011 que não entrava um enfermeiro com contrato e agora já conseguimos 370 profissionais, para o quadro e em rotação.

E ainda tem orçamento?

Quando iniciámos funções, tínhamos 11 milhões de euros de prejuízo mensal e 300 mil



lhões de euros de dívida total. A partir do verão de 2013, surgiram sinais de que as nossas medidas estavam a dar resultado e evitámos despedir 1500 pessoas e fechar 500 camas e 2/3 do Hospital Pulido Valente. Modelámos a produção e a capacidade instalada e chegámos ao final desse ano com 70 milhões de euros de prejuízo. Em 2014, fechámos com 200 mil euros de prejuízo mensal médio, 2,5 milhões de euros no total do ano. Foi uma recuperação notável.

O Governo ajudou.

Fomos compensados pela produção realizada e não paga, que chegou a ser de 40 milhões de euros. Também houve um aumento do capital social, permitindo limpar dívidas.

Continua a ter a maior fatura com medicamentos.

Sim, mas somos a instituição pública que mais tem contribuído para a sustentabilidade da política do medicamento hospitalar no país. É outro dos motivos de orgulho que tenho em liderar esta instituição, pois mais do que presidente tenho o dever de ser líder e é nessa pele que gosto de me sentir.

Onde poupou?

Diariamente, temos um stock médio de 10 milhões de euros e 2000 a 2500 substâncias ativas, portanto a maior capacidade de resposta farmacêutica do país. Poupámos na troca de marcas por genéricos, introduzindo biossimilares [genéricos para fármacos biológicos, modernos e dispendiosos] e tendo uma monitorização muito detalhada. Com menos dinheiro fazemos um pouco mais, procurando manter a inovação.

Não recusa medicamentos inovadores a doentes?

Se o médico acha que sim, o diretor do serviço entende que sim, a comissão ou alguma sub-

comissão de farmácia entende que sim; o conselho de administração não veta. Até hoje não deferi um pedido de Autorização de Utilização Excepcional (AUE) de um medicamento, mas temos uma deliberação muito clara sobre este procedimento. Não concebo que um hospital universitário com 600 internos para formação não tenha inovação à disposição. No ano passado, autorizámos 97 AUE, sem contar com a hepatite C.

Já tem doentes com hepatite a tomar os novos fármacos?

Sim, o primeiro ainda no primeiro semestre de 2014. Autorizámos AUE a 19 doentes, dez já em tratamento e outros 16 foram integrados num ensaio clínico. Estamos a recrutar 33 para novo ensaio e selecionámos os 15 doentes para o programa de acesso precoce oferecido pelo laboratório e oito já estão em tratamento. Assinar

“TENHO SEGURO E VOU AO PRIVADO, MAS HÁ UMA REGRA LÁ EM CASA: SE É GRAVE É PARA IR AO HOSPITAL PÚBLICO”

uma AUE é a única situação em que a minha secretária pode sempre interromper-me.

O ministro apregoa que as contas nunca estiveram tão equilibradas. E a saúde do SNS?

Dou-lhe o nosso exemplo: reduzimos o défice e a atividade, não a qualidade. Baixei o número de consultas, acessos à Urgência ou cirurgias programadas, porque produzimos

cirurgias com maior diferenciação, apostámos na primeira consulta, baixámos a lista de espera e aumentámos a cirurgia de ambulatório e os hospitais de dia.

Menos utentes na Urgência?

Perdemos doentes para os hospitais de Loures e de Vila Franca. Já pedimos freguesias da área do Amadora-Sintra, quicá os problemas seriam menores: Falagueira/Venda Nova, Costa do Sol ou Alfragide.

E diminuiu a longa espera para colonoscopias e TAC?

Sensivelmente em algumas áreas e em outras passámos a produzir 70% do que mandávamos para fora. No caso das colonoscopias, vamos aumentar a unidade técnica de gastro, levando as análises clínicas e a farmácia para a antiga farmácia lá fora. Uma dor de cabeça...

Quanto ficou a dever?

7,5 milhões de euros. Espero nunca vir a encontrar outra situação como esta na minha vida de gestor: alguém ficar em serventia de um espaço que é de todos e não pagar um euro.

Tem seguro de saúde? Utiliza o sector privado?

Tenho e recorro ao privado em situações de rotina. Eu, os meus filhos, a minha mulher... Não vou à Urgência por uma dor de dentes ou gripe, talvez por conhecer as falsas urgências. Mas há uma regra clara lá em casa: se é grave é para ir ao hospital público. Com o devido respeito pelos privados, porque alguns até têm mais capacidade do que hospitais públicos e até deviam formar internos.

Termina o mandato no fim do ano. O que vai fazer?

Não faço ideia. Tenho feito uma gestão desprovida de alcance político-partidário e acho que reúno condições para continuar com qualquer Governo.

varreigoso@expresso.imprensa.pt